



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

Ano 15 Nº 3168 • Dia 31 de outubro de 2025 • www.ovale.com.br

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CÂMARA OUVÉ POPULAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO



Rafael Santoz/CMSJC

Cidadãos podem enviar sugestões ao Plano Plurianual 2026-2029 e à Lei Orçamentária

- Anual 2026, além da revisão da LDO, por meio de formulário no site até 7 de novembro ou participando presencialmente da audiência pública no dia 5 de novembro às 18h. [PÁG.4](#)

EDUCAÇÃO ESPECIAL

VEREADORES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REALIZARAM UM DEBATE PÚBLICO COM PAIS DE
ALUNOS ATÍPICOS E EDUCADORES. [PÁG.3](#)

PPAELOA

VEJA AS METAS PARA 4 ANOS DO PLANO
PLURIANUAL E A ESTIMATIVA DE RECEITAS E
DESPESAS NO ORÇAMENTO PARA 2026. [PÁG.5](#)

PARQUE DA CIDADE

CÂMARA SEDIOU ENCONTRO COM O OBJETIVO
DE DISCUTIR A CONCESSÃO DO PARQUE ROBERTO
BURLE MARX À INICIATIVA PRIVADA. [PÁG.7](#)

outubro rosa

**Ame-se
Cuide-se
Previna-se**

Outubro Rosa é tempo de olhar para si com carinho e escolher a prevenção.

**CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
O nosso papel é representar você.



Previna-se hoje!
**Ame-se
todos os
dias.**

A Câmara de São José dos Campos apoia o movimento Outubro Rosa e reforça a importância do autocuidado, do diagnóstico precoce e dos exames preventivos.



Canal 7 da NET
Canal 9 da VIVO TV
Canal 12.3 TV aberta

camarasjc.sp.gov.br
 @tvcamarasjc
 @camarasjc

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

INCLUSÃO ENCONTRO REUNIU PROFISSIONAIS, FAMÍLIAS E VEREADORES PARA DEBATER AVANÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

COMISSÃO PROMOVE DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Duas psicopedagogas esclareceram como funciona o atendimento especializado a estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento



Flávio Pereira/CMSJC

A Comissão de Educação e Promoção Social da Câmara Municipal de São José dos Campos realizou um debate público sobre educação especial no dia 15 de outubro. Participaram do encontro os vereadores que compõem a comissão, Claudio Apolinario (PSD) - presidente; Juliana Fraga (PT) - relatora; e Fernando Petiti (PSDB) - membro; as psicopedagogas Cássia Baeza e Patrícia Fonseca, além de profissionais da área, educadores e pais de alunos com deficiência e neurodivergências..

Nas palestras, as especialistas abordaram práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de estudantes com necessidades educacionais especiais e os desafios diáários para atender às diversas adaptações necessárias à inclusão. Explicaram como funcionam os serviços e programas da educação especial, como AEE



(Atendimento Educacional Especializado); API (Atendimento Psicopedagógico Institucional); DI (Docente Interlocutor de Libras); AEE de baixa visão e cegueira e o mediador de código braile.

Outros temas debatidos fo-

tato com esses profissionais, alta rotatividade e a ausência de materiais adequados a alunos autistas e de abafadores de ruído, além da necessidade de protocolos de adaptação e valorização dos professores e profissionais de apoio.

As palestrantes destacaram que as famílias devem manter diálogo constante com os professores sobre o desenvolvimento dos filhos. Ressaltaram ainda a importância de reduzir o número de alunos com deficiência por turma e explicaram que o professor do AEE é responsável pelo suporte ao profissional de apoio nas atividades pedagógicas.

Encerrando o evento, a comissão prestou homenagem a pais e professores: famílias receberam um diploma em reconhecimento à luta pela inclusão e os docentes um certificado em comemoração ao Dia do Professor, celebrado na mesma data. ■

ram a formação continuada dos educadores e a necessidade de políticas públicas específicas. Pais de estudantes atípicos compartilharam dúvidas e preocupações quanto ao número de profissionais de apoio em sala, a dificuldade de con-

A CASA DO POVO

PLANEJAMENTO O PLANO PLURIANUAL ESTABELECE METAS PARA 4 ANOS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PREVÊ RECEITA E DESPESA

CÂMARA FARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PPA E LOA

Também revisão da LDO 2026; cidadãos podem participar presencialmente ou por meio de formulário on-line até 7/11

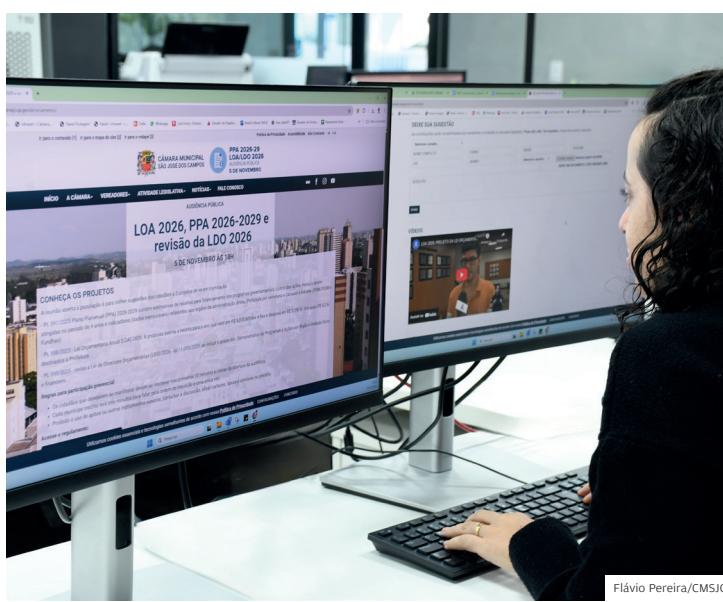


Flávio Pereira/CMSJC

No dia 5 de novembro, às 18h, a Câmara de São José dos Campos realiza uma audiência pública para propiciar participação popular e colher sugestões a três projetos de lei em tramitação. O PL 597/2025 Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 contém estimativas financeiras de programas e ações governamentais, metas a serem atingidas no período de 4 anos e indicadores (dados mensuráveis) referentes aos órgãos da administração direta (Prefeitura e Câmara) e indireta (IPSM, FCCR e Fundhas).

O PL 598/2025 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026 - estima a receita total para o ano que vem em R\$ 5,376 bilhões e fixa a despesa em R\$ 5,356 bi, dos quais R\$ 4,2 bi destinados à Prefeitura. As secretarias de Educação e Saúde receberão os maiores montantes: R\$ 1,3 bi e R\$ 1,1 bilhão respectivamente.

E o PL 599/2025 revisa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026 - lei 11.093/2025, ao incluir o anexo 6A - De-



Participação. Formulário on-line receberá sugestões da população

monstrativo de Programas e Ações por Órgão e Unidade física e financeiro.

A audiência pública será transmitida ao vivo pela TV Câmara e YouTube.

COMO PARTICIPAR

Os cidadãos que desejarem

novembro às 23h59. E ainda protocolar as sugestões fisicamente por escrito na Divisão de Expediente até a mesma data (7 de novembro às 17h30).

Os documentos e sugestões enviados eletronicamente ou por protocolo físico serão inseridos no processo. Proibido o uso de apitos ou outros instrumentos sonoros, bem como perturbar as discussões e afixar cartazes, faixas e similares no plenário. Confira o regulamento da audiência (Ato da mesa diretora 45/25). ■

Audiência Pública. Acesse e envie a sua sugestão à Câmara



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

PLANO PLURIANUAL 4 ANOS É O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA LEI QUE ORIENTA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

VEJA AS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026 A 2029

O PL597/2025 - Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 contém estimativas de receitas para financiamento dos programas governamentais ou institucionais, custos das ações, metas a serem atingidas no período de 4 anos e indicadores referentes aos órgãos da administração direta (Prefeitura e Câmara) e indireta (IPSM, FCCR, Fundhas) de São José dos Campos.

EDUCAÇÃO.

Na Educação, até 2029, ampliar de 19 mil para 25 mil o número de alunos em ensino integral na rede municipal; aumentar o percentual de escolas acima da meta do Ideb nos anos iniciais e finais; realizar obras em 13 unidades de ensino fundamental e 3 da educação infantil.

**OBRAS.**

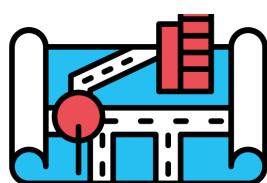
Na Secretaria de Gestão de Obras, pavimentar 136 mil m² de vias públicas; construir 11 mil metros de galerias pluviais e 121 mil m² de reservatórios; limpar/dragar/desassorear 246 mil metros de rios e córregos ao longo dos próximos 4 anos.

**SAÚDE.**

Na Saúde, reduzir a espera por consultas em especialidades (dermatologia, cardiology, geriatria, hematologia e gastroenterologia) de 257 dias para 180; reduzir a espera por cirurgias eletivas (ginecológicas, urológicas, vascular) de 305 dias para 120. Diminuir a taxa de morte perinatal de 11,7 por mil nascidos vivos para 10 e o tempo médio de resposta do Samu de 37 para 34 minutos.

**URBANISMO.**

Em Urbanismo e Sustentabilidade, implantar uma fazenda urbana de compostagem em 2026; elaborar o plano de manejo e estruturar o Parque do Cerrado até 2029; implantar um parque das crianças na zona leste; requalificar os parques Alambari e Pousada do Vale; aumentar o número de árvores plantadas dos atuais 30 mil para 36 mil em 2026 e 56 mil em 2029. E reduzir o tempo médio de aprovação de projetos particulares (modalidade convencional) dos atuais 118 dias úteis para 90.

**HABITAÇÃO.**

Na Habitação e Regularização Fundiária, regularizar 2 mil lotes e atender 1.500 famílias com unidades habitacionais até 2029.

**MOBILIDADE.**

Na Mobilidade, investir em sinalização vertical e horizontal e aumentar a oferta de viagens em dias úteis no transporte coletivo de 6.400 para 7 mil até 2029.

**MANUTENÇÃO.**

Na Secretaria de Manutenção, implantar mais 2 pontos de entrega voluntária (PEV) totalizando 18 em toda a cidade; modernizar 5 parques infantis públicos com brinquedos inclusivos e piso emborrachado.

**APOIO SOCIAL.**

No Apoio Social ao Cidadão, aumentar as vagas de acomodamento de longa permanência para idosos de 165 para 183 e manter os demais atendimentos (Centro Dia, CREAS, abordagem social de pessoas em situação de rua, etc).

**ESPORTE.**

No Esporte e Qualidade de Vida, aumentar o número de participantes em todas as modalidades esportivas comunitárias e programas (Projeto Verão, Piscina para Todos, Brincando nas Férias, Rua de Lazer, Viva Melhor, Conexão Juventude, etc).

**GOVERNANÇA.**

No Secretaria de Governação, manter as 14 modalidades esportivas de alto rendimento com bolsa para 515 atletas e os 88 mil processos atendidos pelo Procon Municipal anualmente. ■





CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

RECEITA PRINCIPAIS FONTES SÃO ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS



Rafael Santoz/CMSJC

PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 PREVÊ R\$ 4,2 BILHÕES PARA A PREFEITURA

Educação e Saúde ficam com mais da metade dos recursos, R\$ 2,3 bilhões

O projeto da Lei Orçamentária Anual - LOA 2026 (PL 598/2025), em tramitação na Câmara de São José dos Campos, estima a receita total para o ano que vem em R\$ 5,376 bilhões e fixa a despesa em R\$ 5,356 bi, dos quais R\$ 4,2 bi destinados à Prefeitura. As secretarias de Educação e Saúde receberão os maiores montantes: R\$ 1,3 bi e R\$ 1,1 bilhão respectivamente. Seguidas por Manutenção da Cidade - R\$ 328 milhões; Mobilidade Urbana -

R\$ 231 mi; e Apoio Social ao Cidadão - R\$ 118 mi.

A receita da administração direta prevista para 2026 (R\$ 4,55 bi) é 8,8% maior do que a orçada para 2025 (R\$ 4,18 bi) e terá como origem principalmente impostos e taxas (R\$ 1,6 bilhão) e repasses estaduais e federais (R\$ 1,9 bi, sendo R\$ 1,4 bilhão da cota do ICMS e R\$ 262 milhões do IPVA).

O orçamento do IPSM está cotado em R\$ 867 milhões; o da Fundhas em R\$ 94 mi; o da

FCCR em R\$ 36 mi e o da Câmara R\$ 151 milhões. O incentivo fiscal para cultura e esporte somará R\$ 16,5 milhões, sendo 2,6 milhões para projetos culturais e R\$ 13,9 mi para projetos esportivos. As isenções de caráter social e incentivos visando à geração de empregos e instalações de novas empresas na cidade estão estimadas em R\$ 126 mi.

O montante de R\$ 3,6 milhões em investimentos da empresa pública Urbanizadora Munici-

pal - URBAM será financiado com recursos próprios. O texto autoriza a Prefeitura a contratar até R\$ 220 milhões em empréstimos, valor correspondente a 5% da Receita Corrente Líquida, estimada para o ano de 2026 em R\$ 4,4 bilhões.

A proposta da LOA é uma das 3 peças orçamentárias que serão objeto de uma audiência pública na Câmara de São José dos Campos no dia 5 de novembro, às 18h. Também o PL 597/2025 - Plano Pluri-anual (PPA) 2026-2029 e o PL 599/2025, que revisa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026 - lei 11.093/2025 ao incluir anexo com demonstrativo de programas e ações. Os cidadãos também podem se manifestar por meio de formulário on-line disponível no site da Câmara até 7 de novembro. ■

5,376
BILHÕES DE REAIS
é a receita total estimada na LOA para o próximo ano em São José dos Campos

2,3
BILHÕES DE REAIS
destinados para as secretarias de Saúde e Educação no próximo ano

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

EM TRAMITAÇÃO PROJETO DE LEI PROTOCOLADO PELA PREFEITURA CONCEDE GESTÃO À INICIATIVA PRIVADA POR ATÉ 35 ANOS

Emerson Galatti/CMSJC

CONCESSÃO DO PARQUE DA CIDADE É TEMA DE DEBATE NA CÂMARA

O projeto de lei complementar 36/2025, que trata da concessão à iniciativa privada do Parque da Cidade Roberto Burle Marx, reuniu ambientalistas e representantes de movimentos sociais em um debate sediado pela Câmara no dia 29 de outubro. A iniciativa foi do movimento “O Parque é do Povo” e contou com o apoio da vereadora Juliana Fraga (PT), que presidiu o encontro. A vereadora Amélia Naomi (PT) também esteve presente.

Em participação virtual, a presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado, professora Helena Dutra Lutgnes, abordou a importância da preservação ambiental e da arborização urbana frente à crise climática. Presente no plenário, o biólogo William Mendes apresentou exemplos de outros espaços concedidos e falou da transparência no processo. Enquanto o professor e pesquisador Wilson Cabral traçou um panorama sobre as contradições técnicas da proposta e seus impactos ambientais e sociais de acordo com o atual Plano Diretor.

O advogado Rogério Abreu examinou aspectos jurídicos do projeto em tramitação e seus desdobramentos para a gestão pública. Na sequência, participaram dois representantes do mo-



Emerson Galatti/CMSJC

vimento Rede Parques: o gestor ambiental Rogério Rabelo apresentou resultados da privatização do Parque Estadual Campos do Jordão e dos parques de Guaratinguetá, e Fábio Sanches falou a respeito do trabalho de fiscalização de contratos.

4

MILHÕES DE REAIS
é a despesa anual da
prefeitura para manter o
parque atualmente

Após as explanações dos convidados, 14 participantes inscritos se manifestaram a respeito do tombamento pelo Comphac – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural; uso para atividades esportivas e culturais e não comerciais; desocupação das casas da linha férrea; arborização e compensações ambientais; acionamento do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em questões fiscalizatórias e realização de consulta popular. ■

O QUE DIZ O TEXTO?**Projeto prevê concessão da área para a iniciativa privada pelo prazo de até 35 anos**

Destaque. O projeto de lei complementar apresentado pelo poder Executivo e que tramita na Câmara prevê a concessão do parque localizado na região norte à iniciativa privada pelo prazo de até 35 anos e visa a implantação de melhorias e restauros, incluindo novas fontes de receitas.

De acordo com a proposta, o edital contemplará administração, operação, manutenção e

exploração econômica, construção de um novo teatro e centro de convenções, apoio ao visitante, serviços de alimentação, limpeza e vigilância. De acordo com a prefeitura, atualmente o custo anual é de R\$ 4 milhões.

O prazo para apresentação de emenda pelos parlamentares vai até 3 de novembro e do parecer dos relatores das comissões de Justiça, Economia e Planejamento Urbano até 10 de novembro. ■

FELIZ DIA DE QUEM PARTICIPA DA CÂMARA E AJUDA A ESCREVER A HISTÓRIA DA CIDADE



A Câmara de São José dos Campos homenageia seus servidores que, com dedicação, ética e responsabilidade, fazem do trabalho nesta Casa Legislativa a missão de servir a comunidade joseense. **Profissionais que, com seu talento e esforço, transformam o serviço público em um gesto diário de compromisso com a cidade e com as pessoas.**

28 DE OUTUBRO DIA DO

SERVIDOR PÚBLICO

